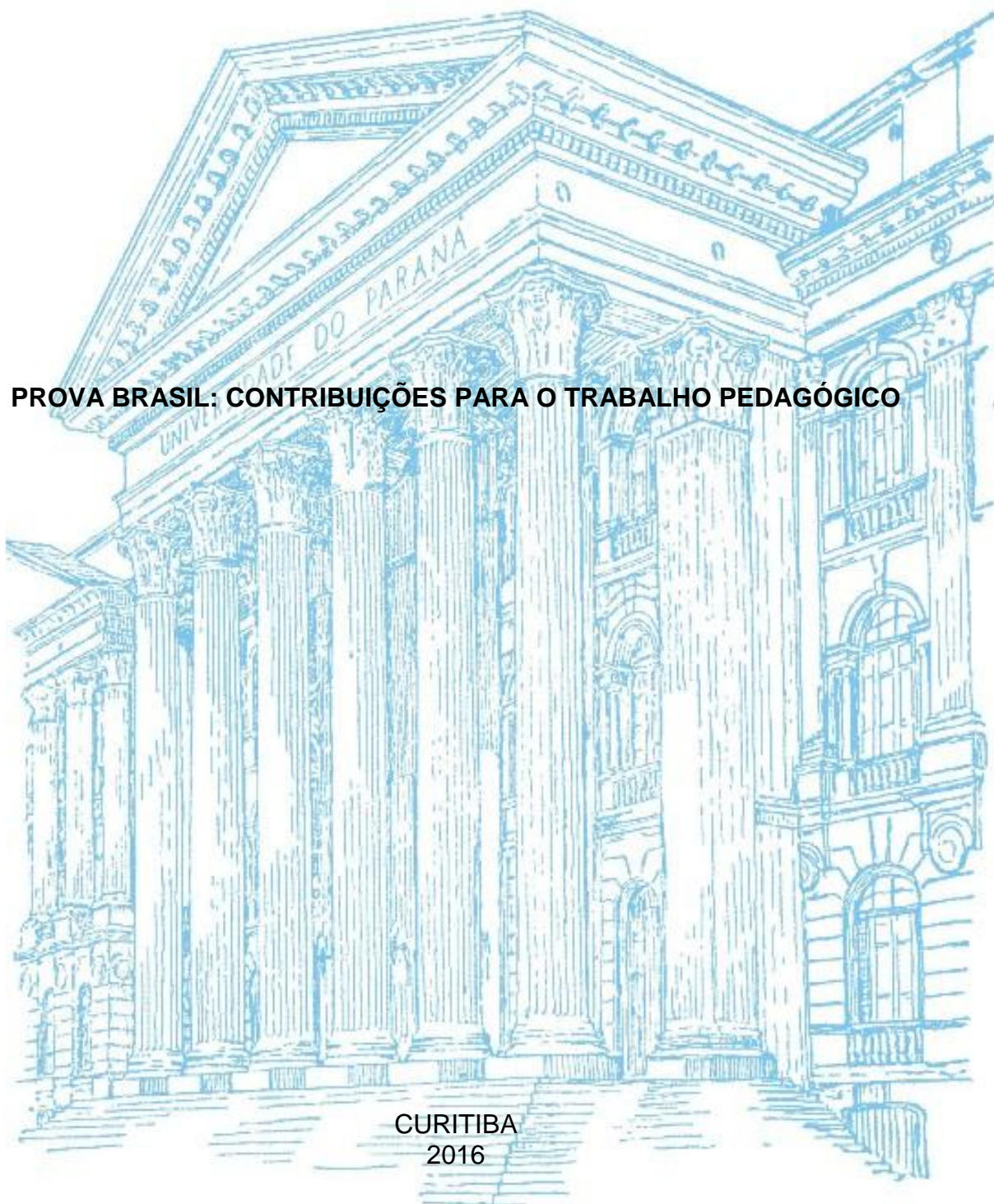


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ADRIANE MIOTTO FERREIRA



PROVA BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

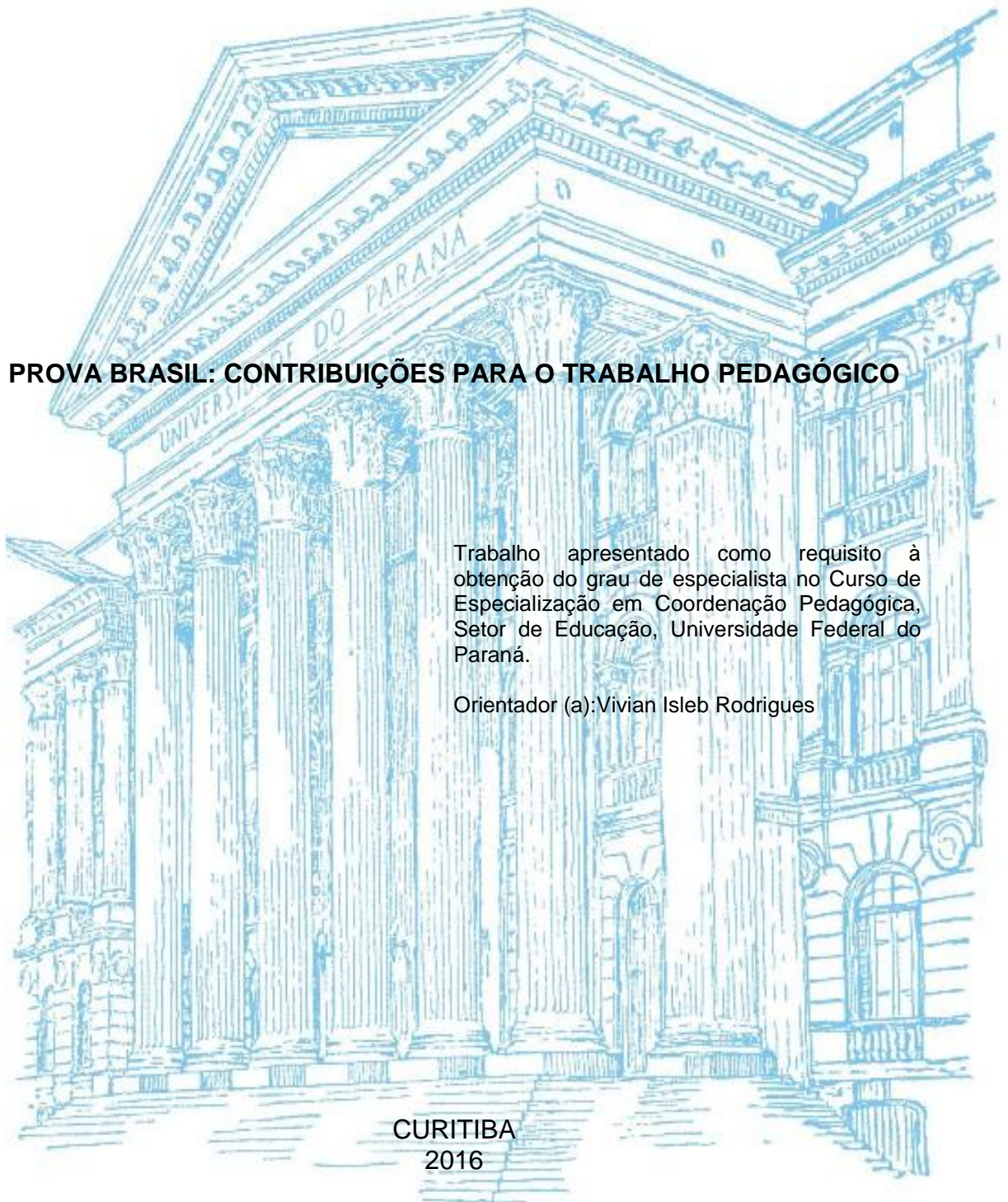
ADRIANE MIOTTO FERREIRA

PROVA BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Vivian Isleb Rodrigues

CURITIBA
2016



PROVA BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO

ADRIANE MIOTTO FERREIRA*

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de análise a Prova Brasil. Problematizou-se em que medida os resultados podem efetivamente contribuir para a qualidade do ensino? Para tanto objetivou-se identificar as contribuições dos resultados da Prova Brasil no trabalho pedagógico, bem como demonstrar e analisar tais resultados. Como parte dos procedimentos metodológicos realizou-se pesquisa bibliográfica acerca da temática investigada; demonstrou-se e interpretou-se os resultados da Prova Brasil, de uma escola do município de Cascavel, da rede estadual, referente ao ano de 2013. Os dados da Prova Brasil encontram-se disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Como resultado da pesquisa, identificou-se que a Prova Brasil é um importante instrumento para o acompanhamento de alunos e escolas por apresentar informações sobre as habilidades e as dificuldades dos alunos auxiliando professores na prática pedagógica, gestores escolares e gestores das diferentes esferas municipais, estaduais e federais a estabelecerem prioridades e ações que visam a melhoria da qualidade do ensino.

Palavras-chave: Prova Brasil; Resultados; Trabalho Pedagógico; Qualidade da Educação.

*Artigo produzido pela aluna Adriane Miotto Ferreira do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Vivian Isleb Rodrigues. E-mail: adrianemiottof@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, pelo Ministério da Educação (MEC), é composto por um conjunto de programas educacionais no qual faz parte o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador de qualidade da educação criado em 2007, com o objetivo de avaliar o nível de aprendizagem dos alunos e medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.

O IDEB combina os resultados de aprovação, repetência e evasão escolar informados no Censo Escolar com as médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil, que faz parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB a partir de 2005, com a introdução da Prova Brasil, sofreu ampla reformulação, configurando-se em uma sistemática de avaliação censitária, bianual e em larga escala por abranger todas as escolas da rede pública.

Os dados da Prova Brasil fornecem informações importantes tanto para as escolas como para os sistemas de ensino e são amplamente divulgados e facilmente acessados. Segundo Ronca (2013, p. 78), “Nesse sentido, com a atual sistemática de avaliação da educação básica, os gestores e os professores podem identificar habilidades e dificuldades dos estudantes nas áreas de leitura e matemática”.

Sendo que o acesso à escola já não é mais um problema e que hoje o desafio se encontra nas taxas de abandono, reprovação e baixo desempenho dos alunos tanto nas avaliações de aprendizagem quanto nas avaliações externas, o uso dos resultados da Prova Brasil, articulada as avaliações de aprendizagem e a avaliação institucional, se configura em um instrumento para o acompanhamento de alunos e escolas permitindo que sejam identificadas as habilidades e as dificuldades dos alunos para repensar e planejar ações pedagógicas.

A avaliação é, então, um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas. Com esse olhar, a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma

interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados, articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de auto avaliação das escolas e reforçar a capacidade das escolas de desenvolver sua autonomia, regulando o funcionamento educativo. (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 25).

Com base na breve contextualização acima exposta, problematiza-se: em que medida os resultados podem efetivamente contribuir para a qualidade do ensino?

Para buscar responder tal questionamento, objetivou-se identificar as contribuições dos resultados da Prova Brasil no trabalho pedagógico. Além disso, buscou-se demonstrar como os resultados estão disponíveis e ao mesmo tempo como interpretá-los.

Como parte dos procedimentos metodológicos realizou-se pesquisa bibliográfica acerca da temática investigada; demonstração e análise dos resultados da Prova Brasil, de uma escola do município de Cascavel, da rede estadual, referente ao ano de 2013. Os dados da Prova Brasil encontram-se disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP.

Para efeito deste artigo, sistematizou-se e organizou-se o conteúdo em três partes. Primeiramente apresentam-se breves considerações acerca da Prova Brasil. A segunda parte traz a maneira como os resultados são divulgados e como podem ser interpretados e, por fim, as considerações finais.

1- PROVA BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, pelo Ministério da Educação (MEC), propõe o enfrentamento dos problemas de rendimento, frequência e permanência do aluno na escola por meio de um conjunto de 40 programas educacionais que o compõe. De acordo com Saviani (2007, p. 1233), “o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”.

Dentro desses programas que fazem parte do PDE, encontra-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, pelo

Ministério da Educação (MEC), a partir de estudos elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o objetivo de avaliar o nível de aprendizagem dos alunos e medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.

O IDEB é medido a cada dois anos e estabelece metas progressivas de melhoria do índice que para alcançá-las é preciso que o aluno frequente a escola, aprenda e passe de ano. É calculado a partir dos dados sobre aprovação, repetência e evasão escolar informados no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB teve início em 1988 e em 2005 foi reestruturado. Hoje o SAEB traz informações de cada município e de cada uma das escolas avaliadas e é composto por três avaliações externas em larga escala: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também denominada Prova Brasil.

De acordo com as informações do site do INEP, a ANA integrou-se ao SAEB em 2007, por meio da portaria nº482 de 7 de junho. Ocorre anualmente e é uma

avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. (BRASIL, 2016).

Já a ANEB e a ANRESC, possuem semelhanças e diferenças entre si, sendo a principal diferença a abrangência do público que as realiza. A ANEB avalia por amostragem alunos não só da rede pública, mas também da privada e envolve alunos do Ensino Fundamental, 5ºano e 9ºano e do Ensino Médio, 3ºano. Já a ANRESC, é uma avaliação censitária, ou seja, todos os alunos matriculados na série avaliada, 5ºano e 9ºano do Ensino Fundamental, participam e atinge somente a rede pública. Ambas são bianuais, e segundo o site do INEP (2016), avaliam “habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)”.

A ANEB apresenta resultados dos desempenhos do Brasil, regiões e unidades da Federação enquanto a ANRESC estende os resultados para além desses por divulgar as médias de desempenho de cada escola participante e dos municípios. Sendo essa última censitária, “impeliu, não sem controvérsias e resistências, a comunidade escolar a se reconhecer nos seus resultados” (MACHADO; ALAVARSE, 2014, p. 415).

O objetivo comum dessas avaliações, observados no site do INEP, é coletar dados sobre o andamento da educação brasileira e assim monitorar, produzir e/ou reorientar políticas públicas educacionais para a melhoria da qualidade da educação.

No entanto, a Prova Brasil objetiva especificamente que seus resultados sejam reconhecidos pela comunidade escolar e assim utilizados pela gestão das unidades escolares em ações de redimensionamento de práticas. Segundo os autores

A avaliação amostral, com a qual as escolas e até mesmo os municípios nunca se identificaram, somada à necessidade de fazer da avaliação um instrumento de gestão para/das unidades escolares levou à proposição da Prova Brasil, cujos resultados estão disponíveis para cada uma das redes e para cada escola. (SOUSA; LOPES, 2010, p. 55).

Os resultados da Prova Brasil, quando utilizados de forma competente, se constituem em uma importante ferramenta para o enfrentamento do problema da qualidade da educação. Só o fato de apresentar informações sobre a aprendizagem dos alunos já pode ser considerado como um dado positivo que precisa ser reconhecido.

2- RESULTADOS DA PROVA BRASIL: DEMONSTRAÇÕES E ANÁLISES

A Prova Brasil teve sua primeira edição em 2005, é composta por testes de Língua Portuguesa e de Matemática além de questionário socioeconômico para o preenchimento de alunos, professores, diretores e aplicadores das avaliações.

Segundo o Caderno da Prova Brasil:

Os questionários dos estudantes coletam informações sobre aspectos de sua vida escolar e familiar, condições socioeconômicas e culturais, hábitos de estudo, etc. Os questionários dos professores e diretores incluem também informações sobre sua formação profissional, práticas pedagógicas, formas de gestão da escola, tipos de liderança, clima escolar, recursos pedagógicos disponíveis na escola, entre outras. (BRASIL, 2013, p. 15).

O INEP disponibiliza boletins eletrônicos, de fácil acesso pelas escolas, com informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática, sobre o percentual de professores com formação superior e sobre o nível socioeconômico dos alunos, situando-os em um nível social e em um nível de proficiência sendo que esse último compreende um conjunto de conhecimentos que os alunos nele posicionado possivelmente possuem.

Essas informações, subtraídas a partir dos testes e dos questionários, permitem aos gestores e professores interpretação pedagógica sobre os conhecimentos que já são de domínio do aluno e aqueles que precisam ser retomados para serem apreendidos além da análise dos fatores extra e intraescolar que implicam no desempenho dos alunos. De acordo com o Caderno da Prova Brasil:

Um dos objetivos prioritários dos dados de desempenho apresentados é poder servir de subsídio para o diagnóstico, a reflexão e o planejamento do trabalho pedagógico da escola. Não obstante, esses dados não devem ser analisados de maneira desconectada do trabalho realizado pelos professores e das avaliações internas realizadas em sala de aula. Devem, sim, ser utilizados como um complemento ao diagnóstico realizado pelos próprios professores e pela equipe escolar. (BRASIL, 2013, p. 38).

Em posse dessas informações é possível utilizá-las intencionalmente para o planejamento de ações de intervenções pedagógicas necessárias. Para isso é preciso conhecer a organização da Prova Brasil, saber de fato o que está sendo avaliado e de que maneira o resultado pode ser utilizado na escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

São muitas as possibilidades de uso das informações dos resultados fornecidos pela Prova Brasil no âmbito da escola. O uso desses resultados no trabalho pedagógico é o objetivo desse artigo, para isso buscou-se interpretar

os dados de uma escola¹ pertencente à rede estadual do Paraná, no município de Cascavel, referente a 2013, pois os resultados da última avaliação ainda não foram divulgados.

Os quadros que seguem foram retirados do site do INEP, e tem a finalidade de auxiliar visualmente no exame das informações fornecidas bem como demonstrar como os resultados estão disponíveis.

Quadro 1 - Indicadores Contextuais

Nível Socioeconômico		Formação Docente	
Grupo 5		Anos Iniciais	Anos Finais
		Não foi possível calcular.	74.80%

Fonte: BRASIL.INEP.

De acordo com site do INEP (2013), o indicador de Nível Socioeconômico situa o público atendido pela escola em um nível social. As informações são coletadas através dos questionários e “é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos alunos”. Existem sete grupos, sendo o um para o nível mais baixo e o sete para o mais alto.

De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos. (DOURADO, 2007, p. 13).

Na esfera escolar, a análise do indicador de Nível Socioeconômico deve estar atrelada às informações presentes no Projeto Político Pedagógico e implica desde a discussão da participação da escola em programas ofertados pelo governo federal, governo estadual ou municipal, de incentivo à qualidade

¹ A escola atende alunos do 6ºano do Ensino Fundamental ao 3ºano do Ensino Médio, nos períodos da manhã, tarde e noite. Oferta Sala de Apoio, Sala de Recursos e o Programa Mais Educação em período contrário ao da matrícula do aluno. Em 2008, recebeu novas instalações em novo endereço. O bairro onde está localizada possui asfalto e boa oferta de serviços básicos: posto de saúde, creche, escola municipal e transporte público.

da educação e a vulnerabilidade social do aluno, até a definição dos itens da lista de material escolar solicitada aos pais no início do ano letivo. Inclui-se também, a definição do tipo de atividade enviada para casa, a merenda escolar, as formas de mobilização para o incentivo da participação da família na escola, as formas de comunicação entre escola e família por meio das tecnologias atuais, etc.

Num contexto macro, esse indicador evidencia os problemas socioeconômicos e culturais que adentram a escola pública e interferem na qualidade do processo ensino e aprendizagem. Nesse sentido faz-se necessário a implementação de políticas sociais que efetivamente colaborem para o enfrentamento dos problemas de ordem social.

Estes problemas só poderão ser superados com a conjugação de várias políticas públicas, voltadas para as necessidades das camadas populares. Políticas no campo da redistribuição de renda, políticas de emprego, habitação e saneamento, políticas de saúde e programas sociais de diversas ordens. Só assim, inserido em um campo maior de reformas, o sistema público poderá se transformar e apresentar um melhor desempenho. A educação sozinha não pode assumir a solução dos problemas sociais. (SANTOS, 2002, p. 364).

O Indicador de Adequação da Formação Docente analisa a formação superior do professor na mesma disciplina de atuação. O trabalho docente requer clareza, conhecimento sobre muitos aspectos entre eles está o saber o que vai ensinar, no entanto, de acordo com o quadro acima, observa-se um percentual expressivo de professores atuando em disciplinas que não possuem formação. Esse percentual chama a atenção para a necessidade da escola organizar grupos de estudos por área e da hora-atividade concentrada, ou seja, a organização de espaços e tempos escolares onde professores da mesma disciplina possam estar juntos na discussão e planejamento das aulas.

Para além dos muros da escola, a reflexão desse indicador deve indagar a respeito das questões salariais, carreiras profissionais e condições de trabalho que faz com que muitos professores desistam da carreira do magistério ou passem a exercê-la sem o compromisso com a aprendizagem do aluno.

De modo geral, algumas das características dos docentes das escolas eficazes são as seguintes: titulação/qualificação adequada ao

exercício profissional; vínculo efetivo de trabalho; dedicação a uma só escola; formas de ingresso e condições de trabalho adequadas; valorização da experiência docente; progressão na carreira por meio da qualificação permanente e outros requisitos. (DOURADO, 2007, p. 25).

Quadro 2 - Participação na Avaliação

	5º Ano	9º Ano
Alunos que realizaram a prova		87
Taxa de participação da escola (%)		78.38%

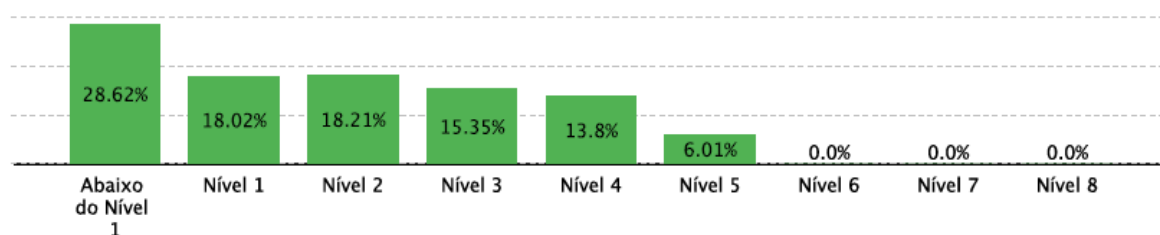
Fonte: BRASIL.INEP.

Observando a participação na avaliação, a escola deve indagar o motivo que levou quase 22% dos alunos a não participarem. Com base nesse dado é possível relacioná-lo com o dia-a-dia da escola, refletir sobre o número de alunos que vem faltando nas avaliações de aprendizagem e qual a concepção de avaliação estabelecida entre professores e alunos.

Porém, um fator a ser considerado nessa análise está a questão do IDEB, pois como esse, segundo Ronca (2013, p. 82), “trabalha com a média dos resultados obtidos pelos alunos presentes no dia da prova, a escola pode buscar elevar a sua “nota”, impedindo a presença dos alunos mais fracos”.

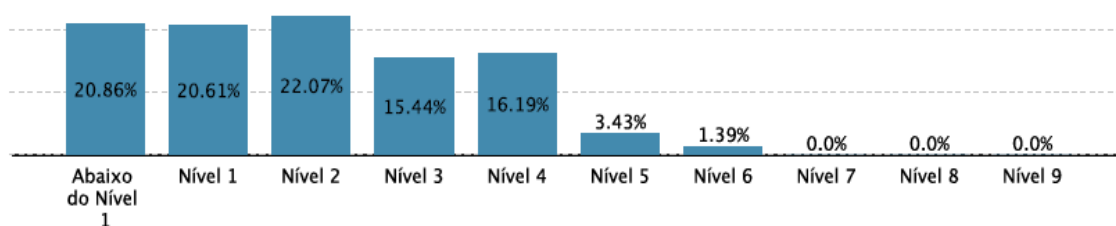
Essa questão pode interferir significativamente no uso dos resultados na análise do desempenho dos alunos, pois podem fornecer informações irreais.

Quadro 3 – Distribuição Percentual dos Alunos por Nível de Proficiência – Língua Portuguesa



Fonte: BRASIL.INEP.

Quadro 4 – Distribuição Percentual dos Alunos por Nível de Proficiência – Matemática



Fonte: BRASIL.INEP.

Os níveis de proficiência apresentados nos quadros 3 e 4, representam um conjunto de conhecimentos que os alunos nele posicionado possivelmente dominam. A descrição dos conhecimentos de cada nível acompanha os gráficos no boletim eletrônico disponibilizado no site do INEP e assim é possível além de localizar a porcentagem de alunos da escola que se enquadram em cada nível, ler as habilidades listadas para cada um dos níveis, considerando que os

níveis da escala são progressivos e cumulativos. Isso significa que eles são organizados da menor para a maior proficiência. Além disso, quando um percentual de alunos foi posicionado em determinado nível da escala, pode-se pressupor que, além de provavelmente terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores. (BRASIL, 2013, p. 38).

Observando os quadros 3 e 4, constata-se que estão abaixo do nível 1, em Língua Portuguesa, 28,62% dos alunos avaliados. E em Matemática, 20,86%. Esses resultados indicam o contingente de alunos que não dominam as habilidades mínimas de acordo com as Matrizes de Referência². Indicam a quantidade de alunos com defasagens de conteúdos a qual condiz com os resultados das avaliações individuais aplicadas pelos professores.

Sendo o nível 3 de Língua Portuguesa considerado adequado para o 9º ano, apenas 15,35% dos alunos desse ano, ou 14 alunos dos 87 avaliados, são considerados leitores com compreensão de textos adequados ao ano que frequentam. Em relação a Matemática o nível 4, representa os conteúdos considerados adequados para quem já estuda a 9 anos. No entanto apenas, 16,19% dos 87 alunos avaliados, ou seja, 14 alunos encontram-se nesse nível.

Esses percentuais demonstram um problema grave na escola: um número muito alto de alunos de 9º ano que não desenvolveram habilidades mínimas de Língua Portuguesa e Matemática julgadas necessárias ao domínio desses e que, por isso, precisam de atenção redobrada. Para isso, esses

² Matrizes de Referência reúnem os tópicos (conteúdos) e os descritores (habilidades) de cada disciplina avaliada (Língua Portuguesa e Matemática) e etapa do ensino fundamental (5º e 9ºanos).

resultados precisam ser discutidos nas Reuniões Pedagógicas e de Pais para mudanças no processo de ensino-aprendizagem dos alunos desde o seu ingresso no 6º ano até nas atividades de ampliação da jornada escolar adotadas na escola, bem como a construção de vínculos e pactos que levam a comunidade escolar a melhorar a qualidade do ensino.

Quadro 5 – Distribuição Percentual dos Alunos por Nível de Proficiência – Língua Portuguesa e Matemática - Médias de Proficiência - Desempenho da escola nas edições da Prova Brasil

Médias de Proficiência				
	5º Ano		9º Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Escolas Federais do Brasil	244.18	257.81	298.02	321.45
Escolas Estaduais do Brasil	198.21	214.11	239.83	244.40
Escolas Municipais do Brasil	187.29	202.51	234.34	238.84
Total Brasil	189.71	205.08	237.77	242.34
Escolas Estaduais do seu Estado	204.68	228.04	242.75	249.13
Escolas Municipais do seu Estado	207.71	227.89	251.75	257.29
Total Estado	207.70	227.89	242.99	249.38
Escolas Estaduais do seu Município			240.35	248.03
Escolas Municipais do seu Município	216.63	233.29		
Total Município	216.63	233.29	240.35	248.03

	5º Ano		9º Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Sua Escola			231.23	235.28
Escolas Similares			234.61	243.92

Desempenho da sua Escola nas Edições da Prova Brasil	5º Ano		9º Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2011			238.81	252.06
2013			231.23	235.28

Fonte: BRASIL.INEP.

A Prova Brasil apresenta informações das redes municipais, estaduais e federais além das escolas similares que são

os resultados de um grupo de escolas com características semelhantes às da sua escola, ou seja, que pertencem à mesma microrregião geográfica, à mesma localização (urbana ou rural e que possuem valores do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) próximos. (BRASIL, 2013, p. 36).

Dessa forma, por meio das informações do quadro 5, observa-se que a escola, em comparação com as médias das escolas estaduais do Brasil, do Paraná e de Cascavel, obteve a menor pontuação tanto na disciplina de Língua Portuguesa como na disciplina de Matemática. O mesmo ocorre em relação às escolas similares.

As escolas estaduais do município de Cascavel obtiveram médias maiores do que as escolas estaduais do Brasil, porém menores em comparação com as escolas estaduais do Paraná.

Observa-se também, que as médias na disciplina de Matemática são maiores em comparação com as de Língua Portuguesa, tanto na escola como na esfera municipal, estadual e no país.

Em relação ao desempenho da escola nas edições da Prova Brasil, houve uma redução das médias, em 2013 comparando com 2011, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática.

Situações como: rotatividade de professores e/ou alunos, mudanças na gestão, ausência de clareza, por parte dos profissionais, do projeto pedagógico e das metas da escola, insistência no desenvolvimento de metodologias repetitivas, conteúdos voltados para o aluno ideal e não real, alterações drásticas na organização do cotidiano escolar, como a implantação do ensino fundamental de nove anos, por exemplo, podem ser elementos desencadeadores dos resultados da escola. (MACHADO, 2012, p. 79).

A Prova Brasil, não apresenta dados sobre a taxa de aprovação, repetência, abandono e distorção idade/série, tais informações estão disponibilizadas no site do Portal Dia a Dia Educação. Considerar esses dados permite pensar, como exemplo, os trabalhos que a escola realiza com as famílias para manter os alunos, o vínculo afetivo entre professor e aluno, se os baixos índices de abandono estão sendo mascarados pela reprovação, se os baixos índices da reprovação estão sendo camuflados para melhorar os índices do IDEB, se a reprovação incide na qualidade da educação ou se nas escolas onde há maior reprovação a qualidade da educação é maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançar mão dos dados fornecidos pela Prova Brasil permite aos governantes e gestores uma visão geral de suas unidades de ensino, possibilitando melhor direcionamento dos recursos técnicos e financeiros e monitoramento das políticas públicas educacionais para a promoção da qualidade do ensino.

No âmbito das escolas cabe aos diretores e coordenadores propor ações envolvendo a Prova Brasil estimulando a reflexão dos resultados para investigar os dados, analisar os fatores intra e extraescolar e discutir alternativas. Para isso é preciso a organização de momentos coletivo de estudos da Prova Brasil que podem ocorrer nas reuniões pedagógicas e/ou nas formações continuadas, para o conhecimento efetivo, aprofundado sobre a prova e análise de seus resultados juntamente com a discussão dos pontos fortes e fracos da escola. O que vai bem ou mal na escola precisa ser conhecido e discutido e prioridades e metas precisam ser estabelecidas para melhorar a qualidade da educação da escola.

Na linha de frente desse trabalho posicionam-se diretores e coordenadores pedagógicos que precisam saber, a fundo, o que acontece com a aprendizagem dos alunos de sua escola. Junto com outros indicadores construídos pelas próprias escolas, a análise dos resultados da Prova Brasil pode ajudar a equipe escolar a estabelecer metas e a implantar ações pedagógicas e administrativas que garantem o direito de aprender para todos os nossos alunos. (CENPEC, 2007, p. 52).

O uso competente dos resultados da Prova Brasil ajudam os gestores, sejam os da escola, da secretaria de educação ou do MEC, a estabelecerem prioridades e organizarem as mudanças na sala de aula, na rede de ensino ou no país. Ajudam também, professores de todas as áreas do conhecimento a redimensionar seu trabalho e a sociedade no acompanhamento das ações do governo na área educacional, fiscalizando e cobrando investimentos efetivos que resultem na qualidade do ensino.

Utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmos, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática para garantir a aprendizagem de todos. (MACHADO, 2012, p. 79).

Embora a Prova Brasil seja um importante instrumento para o acompanhamento de alunos e escolas permitindo que sejam identificadas as habilidades e as dificuldades dos alunos para repensar e planejar ações pedagógicas, alguns autores apresentam críticas e riscos em se considerar os resultados das avaliações externas em ações que reforcem a culpabilização individual como, de acordo com o autor,

se expressa no uso de resultados para o pagamento de bônus por mérito para professores, o que compromete seu envolvimento com a avaliação em tela e os responsabiliza, quase exclusivamente, pelos resultados dos alunos. (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 25).

Apesar da Prova Brasil estar diretamente ligada ao trabalho pedagógico no interior da escola, a melhoria da qualidade do ensino não cabe somente à professores e equipes gestoras, envolve sociedade e poder público, exige esforço, compromisso e um debate crítico sobre a situação atual do sistema educacional, das políticas educacionais que o direcionam e das políticas sociais que a demanda da escola pública necessita.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. **Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr.2013.

BRASIL. **Caderno Prova Brasil 2013.** Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2013/caderno_prova_brasil_2013.pdf. Acesso em 15 mai.2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portal do INEP. **Prova Brasil.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>. Acesso em 20 mai. 2016.

BRASIL.INEP. **Resultados 2013.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/resultados>. Acesso em 29 mai. 2016.

CENPEC. **A Prova Brasil na escola:** material para professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas de Ensino Fundamental. São Paulo, SP, 2007.

DOURADO, Luiz Fernando. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar M.. **Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados.** Revista @mbienteeducação, 5(1): 70-82, jan/jun, 2012 . ISSN 1982-8632. Disponível em http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em 03 jun. 2016.

PARANÁ. Portal Dia a Dia da Educação. **Aprovação e Reprovação.** Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?cont_eudo=612 . Acesso em 10 jun.2016.

RONCA, Antonio Carlos Caruso. **Avaliação da educação básica: seus limites e possibilidades.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 77-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

SANTOS, Luciola Licínio de C. P. **Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB).** Rev. Educ. & Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, Setembro/2002, p. 346-367. Disponível em: <http://www.scielo.br> e <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 05 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, ISSN 0101-7330. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027> .Acesso em 27 mai. 2016.

SOUSA, Sandra Záchia; LOPES, Valéria Virgínia. **Avaliação nas Políticas Educacionais Atuais Reitera Desigualdades**. Revista Adusp, São Paulo, jan. 2010.